



2025 - Ação entra em fase de cumprimento de sentença e liquidação. Atual gestão trabalha para minimizar danos.



Filiados aprovam, por unanimidade, medidas emergências em Assembleia

Filiados da UFPR, UTFPR, UNILA e EBSEH/CHC-UFPR aprovaram por unanimidade as cinco pautas apresentadas pela Diretoria Colegiada do SINDITEST-PR durante a Assembleia Geral Extraordinária realizada na sexta-feira, 15 de agosto. O encontro ocorreu na Sala 03 do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR.

Com o resultado, a categoria aprovou contribuição assistencial extraordinária. A medida abrangeu filiados e não filiados. A autorização para o desconto em folha também foi aprovada por unanimidade.

Outro ponto de destaque foi a aprovação para venda de imóveis do SINDITEST-PR, tanto o situado em Itapoá/SC (dois terrenos) quanto a autorização de venda do imóvel em Curitiba (sala comercial), localizado na Av. Sete de Setembro. Essa decisão é vista como um passo importante para resolução desta sentença judicial.

A votação unânime em todas as pautas reflete a unidade e o engajamento da categoria em questões fundamentais para o futuro do Sindicato e para a defesa dos direitos dos trabalhadores.

QUARTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2025

Diário Indústria&Comércio

SINDITEST/PR - Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Paraná
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
A Diretoria Colegiada do SINDITEST-PR, no uso de suas atribuições estatutárias (arts. 11 a 16), CONVOCA todos os trabalhadores (as), filiados e não filiados, ativos e aposentados, da UFPR, UTFPR, UNILA e EBSEH/CHC-UFPR, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 15 de agosto de 2025, às 9h00, em primeira convocação com a presença de maioria absoluta e, às 9h30, em segunda convocação com qualquer número de presentes, na sala 03 do Complexo do Hospital de Clínicas da UFPR, localizado na Rua General Carneiro, 181, Alto da Glória, Curitiba-PR, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
1- Execução judicial contra o SINDITEST-PR;
2- Aprovação de contribuição assistencial extraordinária (complementação do Fundo de Greve), abrangendo filiados e não filiados, ativos e inativos, exceto funcionários da EBSEH, com garantia do direito de oposição dos afetados pelo desconto;
3- Autorização para desconto em folha, conforme deliberação;
4- Autorização para alienação de imóveis do SINDITEST-PR situados em Itapoá/SC e ratificação da venda do imóvel localizado à Avenida Sete de Setembro 3146, sobreloja 25, Bloco A, Edifício Carajás, Curitiba;
5- Eleição de Delegados à Plenária da FASUBRA nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 2025
Esse Edital será publicado e ficará a disposição na sede administrativa do SINDITEST-PR, localizada à Av. Agostinho Leão Junior, 177 - Centro, 80030-110 Curitiba-PR.
Curitiba, 12 de Agosto de 2025.
DIRETORIA COLEGIADA DO SINDITEST/PR

Agenda com Reitor da UFPR

Paralelamente à batalha judicial, a atual diretoria do SINDITEST-PR busca uma solução política para a dívida criada pela gestão 2015.

A entidade procura agendar um encontro com o reitor da UFPR, Marcos Sunye, com o objetivo de discutir e encontrar um entendimento para o processo judicial que resultou em prejuízo financeiro para seus filiados.

Essa iniciativa é vista como um esforço para buscar um caminho de negociação e diálogo, fora da esfera judicial. A tentativa de diálogo com a reitoria da UFPR acontece em meio aos esforços do Sindicato para sanar o processo judicial.

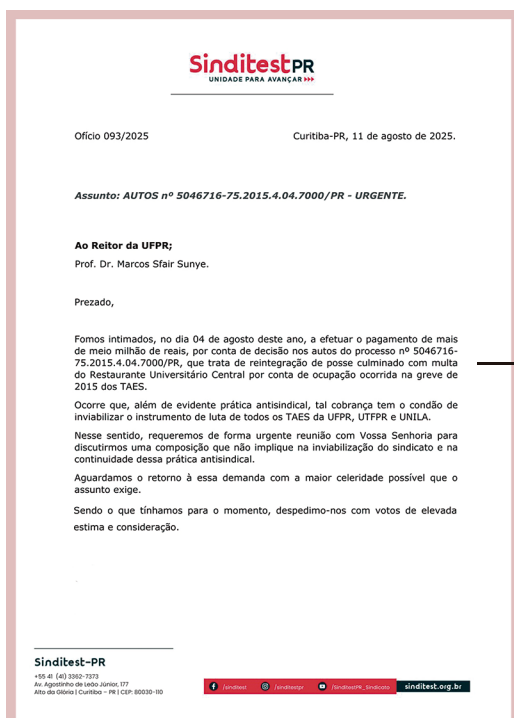
Até o momento, o Reitor não retornou o contato feito.

Contribuição Assistencial e direito de oposição

A aprovação da Contribuição Assistencial Extraordinária permitiu que o Sindicato efetive a cobrança, tanto de filiados quanto de não filiados, como forma de complementar o Fundo de Greve de 2015. O direito de oposição de desconto é uma garantia legal e individual.

Mesmo com a aprovação em Assembleia, aqueles que não desejam contribuir devem manifestar formalmente sua oposição através de carta do próprio punho, indicando banco, agência e conta bancária, até 7 (sete) dias após desconto em folha de pagamento, devendo ser entregue na Sede do Sindicato, buscando assim o seu ressarcimento.

Em resumo, o Sindicato tem a autorização para a cobrança e assegura que todos exerçam seu direito de oposição ao desconto.



STF declara constitucionalidade da contribuição assistencial a trabalhadores não sindicalizados

De acordo com a decisão, a contribuição pode ser instituída por acordo ou convenção coletiva, desde que seja assegurado o direito de oposição pelo trabalhador.